

EXPANSÃO E MERCANTILIZAÇÃO DAS LICENCIATURAS: o decreto nº 12.456/2025 é capaz de barrar a deformação em larga escala de futuros professores?

EXPANSIÓN Y COMERCIALIZACIÓN DE LAS CARRERAS DE GRADO: ¿el decreto nº 12.456/2025 es capaz de impedir la deformación en gran escala de los futuros docentes?

EXPANSION AND COMMERCIALIZATION OF UNDERGRADUATE COURSES: is decree no. 12,456/2025 capable of preventing the large-scale deformation of future teachers?

EXPANSION ET COMMERCIALISATION DES LICENCES : le décret nº 12.456/2025 est-il en mesure d'empêcher la déformation à grande échelle des futurs enseignants ?



Claudia Guedes Araújo Silva* 

Maria Angélica Pedra Minhoto** 

Maria Nilza da Silva*** 

Introdução

Os professores são o inimigo.

Escreva isso em um quadro-negro 100 vezes e nunca se esqueça.

Richard Nixon, 1972

Em 19 de maio de 2025 o governo federal através do decreto 12.456, realizou uma necessária ação para regular a Educação à Distância (EaD) no nível das graduações. O novo marco regulatório da EaD veda, entre outras, a oferta de Licenciaturas no modelo à distância, subsistindo no entanto, a possibilidade da oferta em uma nova modalidade denominada semipresencial. Este veto responde a décadas de expansão desregulada da educação superior

* UNIFESP.

** Universidade Federal de São Paulo.

*** Universidade Estadual de Londrina.

(Bielschowsky *et al.*, 2023) com destaque para os cursos de Licenciatura. Tal ampliação, impulsionada pela atuação do setor privado, ocorreu em meio a desafios relacionados à permanência estudantil, à qualidade da formação e à valorização da carreira docente. O presente artigo tem por objetivo analisar os dados mais recentes sobre esse fenômeno, com foco na sua estrutura, contradições e implicações para a formação de professores, indagando se as alterações recentes na regulamentação das Licenciaturas à distância serão capazes de barrar o processo de deformação instituída.

Neste trabalho, propõe-se inicialmente uma análise crítica e articulada das múltiplas dimensões que compõem o cenário contemporâneo da formação docente no Brasil. A partir de cinco eixos temáticos, que serão apresentados a seguir, foram sintetizados resultados de artigos publicados nos últimos 10 anos, o que permite compreender os paradoxos, tensões e contradições que atravessam o processo formativo de professores e professoras, especialmente no contexto das Licenciaturas. Posteriormente, serão analisadas as características da expansão recente das Licenciaturas (2012-2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (CES) e do Exame Nacional do Desempenho do Estudante (Enade), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ao mobilizar dados empíricos e reflexões teóricas, visa-se uma compreensão abrangente dos desafios que atravessam a formação inicial de professores para a Educação Básica (EB) no Brasil. Trata-se de um esforço para compreender a situação atual, destacando que, o que tem sido feito recentemente, em termos de política de formação, parece ter dado em seu contrário, isto é, promoveu a pseudoformação socializada (Adorno, 2024), visto que a passagem por esse tipo de (de)formação acrescenta cicatrizes sucessivas àquelas já perpetradas pelas inibições da dominação, aprofundando a frieza pelo próprio mecanismo de organização da ES nesse modelo.

Atualmente, o ofício diário de um docente na EB brasileira, pública ou privada, conta com a imposição cada vez maior da mediação por plataformas de treinamento, conteúdo, gestão e controle, deixando pouco tempo para o exercício da reflexão docente sobre o próprio trabalho. As características do trabalho pedagógico, nas quais a reflexão e o planejamento puderam comparecer com relativa autonomia dadas as condições objetivas de administração

geral da vida (Adorno, 1993), têm sido acossadas por um aprofundamento na dominação. Essa conformação do trabalho necessita, para sua efetiva realização, de um processo de treinamento que transforme aqueles que seriam futuros docentes em profissionais aderidos à reprodução do existente.

A diferença entre as exigências de uma formação humana e a lógica administrada se aprofundam na medida em que o imperativo de “educar homens e mulheres que são incapazes de tolerar o que está acontecendo, que realmente aprenderam o que está ocorrendo, o que sempre aconteceu, e porquê, e que são educados para resistir e lutar por um novo modo de vida” (Marcuse, 1968, p. 2) sequer pode ser nomeado e é substituído por intenções generalizantes e inócuas em nome de uma educação humanística difusa, sustentada por dados supostamente neutros e objetivos. Neste sentido, Marcuse (1968) condena com veemência a suposta tolerância que aceita operar como se o planejamento da educação ocorresse em um campo neutro e comum. Não é demais ressaltar que a luta pela educação política que visa criar condições para a existência de uma democracia substantiva é uma luta contra o que o autor denomina educação para a morte.

É em consonância com esses pressupostos teóricos que foram levantadas as pesquisas sobre a condição de formação nas Licenciaturas no país e examinados os dados do CES e resultado do Enade (2021).

Expansão quantitativa e fragilidade qualitativa na formação docente: um aparente paradoxo em curso

Os últimos quinze anos no Brasil foram marcados por um processo intenso de expansão da oferta de cursos de Licenciatura, especialmente por meio da modalidade a distância (EaD) e das instituições privadas. Embora essa ampliação tenha proporcionado maior acesso formal à ES, há um paradoxo estrutural: a expansão quantitativa não foi acompanhada pela garantia de qualidade na formação.

Diversos trabalhos mostram que a maioria das vagas ofertadas atualmente está concentrada na EaD privada (cf. Giolo, 2018; Santos, 2018; Nascimento *et al.*, 2020; Meneghele; Westphal, 2021; Diniz; Oliveira; Lima, 2021; Novaes;

Nascimento; Gonçalves, 2022; Bof; Caseiro; Mundim, 2023; Bordignon; Nez, 2024; Nery, 2024). Em 2017, por exemplo, mais de 70% das vagas em cursos de Matemática foram ofertadas por instituições privadas a distância, muitas das quais não atendem a critérios mínimos de qualidade, como carga horária, inclusão de disciplinas obrigatórias e infraestrutura adequada (Nascimento *et al.*, 2020, p. 178). Moraes e Araújo (2021) reforçam essa tendência ao mostrar que, entre 2015 e 2019, os pólos EaD privados cresceram quase 300%, enquanto os públicos mantiveram ritmo estável e limitado.

A análise da distribuição territorial revela outro aspecto da fragilidade qualitativa: a interiorização, embora presente, ocorre de forma seletiva e desigual. Estudos como os de Verges *et al.* (2022) e Pereira e Alves (2018) mostram que a maior parte da oferta ainda se concentra em centros urbanos ou próximos a pólos formadores consolidados, mesmo nos Institutos Federais e na região da Amazônia Legal. Isso aponta para uma interiorização mais simbólica do que efetiva, com permanência de desertos formativos em regiões remotas. Como indicam os dados de Silva e Cacete (2021), cursos presenciais têm sido extintos por instituições privadas, muitas das quais optam exclusivamente pela EaD como “modelo de negócio”. Os autores afirmam que embora as universidades privadas ofereçam 80% das vagas de Licenciatura em matemática no Rio Grande do Sul, as universidades públicas e os institutos federais estão presentes em mais cidades que as universidades privadas. Além da localização, a estrutura curricular e pedagógica dos cursos é também objeto de crítica.

A fragmentação das Licenciaturas, a baixa articulação entre teoria e prática, com privilégio desta última em detrimento da primeira resulta em uma formação desvinculada das necessidades reais da EB. Essas necessidades geralmente são confundidas com a necessidade de alinhamento do currículo formativo ao currículo da EB como se formar docentes significasse formar profissionais para implementar currículos. Ora, os currículos podem se modificar e se modificam ao sabor das lutas políticas, um docente que não compreenda que currículo é disputa e não prescrição, foi impedido de acessar uma formação que o capacite a escovar currículos à contrapêlo, encontrando as possibilidades de educação para a vida.

Diante das conhecidas fragilidades de formação nesse modelo, o Ministério da Educação (MEC) instituiu em 2025 um novo marco legal para

regulação da EaD. Fazem parte desse marco a Portaria nº 378, o Decreto 12.456, ambos de 19 de maio de 2025, juntamente com a Portaria 506, de 10 de julho de 2025. A legislação atual regula a oferta de cursos de graduação, estabelecendo que as áreas de Educação, Ciências Naturais, Matemática e Estatística não podem ser oferecidas no modelo à distância.

A formação nessas áreas, tanto de licenciados quanto de bacharéis, é permitida apenas nos modelos presencial (mínimo de 70% de atividades presenciais) e semipresencial, que exige o mínimo de 40% de atividades presenciais, acrescidas de 20% de atividades presenciais ou síncronas mediadas. As atividades síncronas mediadas, diferem das atividades síncronas (aquelas nas quais docentes e discentes estão em lugares diversos e tempo coincidente) por exigirem controle de frequência e limite de 70 estudantes por docente ou mediador pedagógico. Os demais cursos cujo formato EaD é permitido exigem 10% de atividades presenciais e 10% de atividades síncronas mediadas. Nos cursos de Medicina nenhuma carga horária à distância é permitida, já nos cursos de Direito, Enfermagem, Odontologia e Psicologia o modelo presencial admite 30% da carga horária à distância.

Além desses marcos regulatórios, o MEC publicou um documento (MEC, 2025c) que estabelece referenciais de qualidade para cursos de graduação na modalidade a distância. O documento avança para subsidiar algum referencial normativo dos cursos, no entanto, advoga um alinhamento completo às necessidades do mundo do trabalho, estabelecendo como critério de sucesso dos cursos a empregabilidade dos seus egressos. É “crucial” segundo o documento (MEC, 2025c, p. 40) que os Projetos Político Pedagógicos de Curso estejam subordinados às tendências do mundo do trabalho.

A contradição entre a educação superior ter por finalidade “o desenvolvimento da criação cultural, do espírito científico” (p.6) e a eleição da empregabilidade como critério de sucesso é flagrante. A empregabilidade é fenômeno complexo que, além de sofrer a influência da formação do trabalhador, responde a outros determinantes que estruturam a desigualdade brasileira, tais como gênero, idade, cor/raça, renda e nível de escolaridade familiar etc., como pode ser acompanhado na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE publicada em 2024 (IBGE, 2024). Esse documento aponta, por exemplo, disparidades salariais, disparidades de ocupação entre negros e brancos, mulheres

e homens. A disparidade de rendimento entre pessoas negras e brancas com formação superior é a mais elevada dentre todos os níveis de educação. Dessa forma, colocar a empregabilidade como indicativo de sucesso formativo deixa as contradições do mundo do trabalho intocadas, em especial em se tratando do trabalho docente, marcado por uma progressiva desvalorização, como será visto na próxima seção.

Crise de atratividade, (de)formação em larga escala e desvalorização da carreira docente

A formação de professores no Brasil sofre com a contradição entre sua expansão e concomitante desvalorização. Sem políticas efetivas de reestruturação curricular, valorização salarial e qualificação institucional, o crescimento da oferta tende a manter - ou até ampliar - o descompasso entre o projeto formativo e a realidade profissional.

O Brasil enfrenta atualmente uma grave crise de reposição de professores na EB, conhecida na literatura como “apagão docente”. Vários estudos evidenciam a coexistência de dois movimentos contraditórios: de um lado, o crescimento numérico na oferta de vagas nas Licenciaturas; de outro, a evasão em massa, a baixa conclusão e o desinteresse crescente pela carreira docente, sobretudo em áreas como Física, Química, Filosofia e Sociologia.

Bof, Caseiro e Mundim (2023) mostram que, mesmo com o aumento de matrículas, o número de concluintes é insuficiente para atender à demanda real da rede pública. Em paralelo, análises sobre a formação de professores de Física já revelavam que mais de 70% das vagas ofertadas na EaD sequer eram preenchidas, enquanto as taxas de abandono superaram 50% em muitos cursos (Araujo; Santos, 2015).

O envelhecimento do magistério e a escassez de jovens ingressantes reforçam esse diagnóstico. Como destacam Esquinsani e Sobrinho (2024), para cada docente jovem há oito com mais de 50 anos, sinalizando risco iminente de colapso por falta de renovação geracional. Esse quadro é agravado pela precarização das condições de trabalho, como apontam Bordignon e Nez (2024) e Esquinsani e Esquinsani (2018).

Apesar de crescer o acesso às Licenciaturas, a carreira docente permanece marcada por baixa atratividade e fragilidade formativa. A docência é frequentemente escolhida como segunda ou terceira opção, a partir de critérios vinculados à premência das condições objetivas como proximidade geográfica, viabilidade financeira ou notas de corte reduzidas (*cf.* Ramos *et al.*, 2020). O perfil feminino da carreira implica em uma profissional sobre a qual recairá o rebaixamento salarial e o fenômeno da dupla jornada de trabalho. Tais condições objetivas determinam a qualidade da experiência formativa (Oliveira; Araújo, 2020).

A formação oferecida, por sua vez, é frequentemente fragmentada, com precária articulação entre teoria e prática, sobretudo nos cursos a distância (Costa *et al.*, 2023). Mesmo em instituições públicas, como mostra Garcia (2023), as Licenciaturas enfrentam invisibilidade institucional, infraestrutura deficitária e currículos pouco integrados, o que alimenta o “choque com a realidade” vivenciado pelos licenciandos nos estágios e nas primeiras experiências escolares. Essa condição formativa está diretamente relacionada à baixa valorização social e simbólica da docência, marcada por baixos salários, instabilidade profissional e condições adversas de trabalho.

O paradoxo, portanto, não reside apenas na dicotomia entre expansão e escassez, mas na desconexão entre as políticas de ampliação do acesso e a ausência de estratégias estruturantes para garantir formação de qualidade, permanência estudantil e valorização da profissão. Sem o fortalecimento das Licenciaturas presenciais, melhoria das condições de trabalho docente e incentivos concretos à carreira, a crise de profissionais habilitados tende a se agravar, comprometendo o direito à EB e à qualidade do ensino público no país.

Ainda nos anos 60 no contexto alemão, Adorno (1959/2020) discorria sobre a “aversão em relação à profissão de professor” que impactava a renovação do magistério. Estudantes sentiam “seu futuro como professores como uma imposição a que se curvam apenas por falta de alternativa” (p. 105). Guardados os limites contextuais, o autor já apontava a desvalorização do campo docente comprovados atualmente nas pesquisas elencadas.

Precarização e mercantilização da formação: expansão via EaD

A expansão das Licenciaturas via EaD se consolidou sob a lógica da mercantilização, precarizando a formação e esvaziando o compromisso público com a educação. Longe de representar uma democratização efetiva do ensino, a EaD tem sido instrumentalizada por grandes grupos privados com fins lucrativos como uma via de redução de custos e maximização de lucros, com sérias implicações para a qualidade da formação e para o próprio projeto de docência (Bielschowsky *et al.*, 2023).

Embora no curso deste texto não haja espaço para desdobrar todos os nexos entre as particularidades da formação docente e suas determinações ampliadas na reprodução da sociedade administrada, é imprescindível remeter-se à legislação que permitiu que a educação fosse oferecida por instituições com fins lucrativos.

A partir da virada dos anos 2000, e em especial após a promulgação do Decreto nº 9.057/2017, que dispõe sobre a oferta de cursos na modalidade a distância, a EaD se expandiu aceleradamente, passando de política complementar a eixo principal de formação de professores. Como mostram Juliani, Santos e Fávero (2022) e Diniz, Oliveira e Lima (2021), a entrada de conglomerados educacionais como Cogna, Ser Educacional, YDUQS e Ânima Educação, associada ao apoio de políticas públicas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), consolidou um modelo educacional financeirizado, padronizado e voltado ao mercado, em detrimento de uma formação crítica, ética e pedagógica.

A predominância da EaD privada nas Licenciaturas é expressiva: segundo dados apresentados por Giolo (2018), Minhoto, Bielschowsky e Aguiar (2024) e Souza, Dias e Mororó (2024), mais de 90% das matrículas no curso de Pedagogia ocorrem hoje em instituições privadas e com um percentual significativo na modalidade EaD. No entanto, esse crescimento não se traduziu em qualidade formativa. Os cursos são marcados por altas taxas de evasão, currículos precarizados, tutoria substitutiva à docência, ausência de infraestrutura e precarização do trabalho docente, como denunciam Novaes *et al.* (2022) e Almeron e Portelinha (2021).

Essa configuração da educação superior contraria a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) que determina que 40% das novas vagas na educação superior sejam ofertadas em Instituições de Educação Superior (IES) públicas. Nos 10 anos de vigência do PNE (2014-2024), a proporção e o ritmo de expansão de vagas entre a educação superior pública e privada, determinada no plano, nunca foram alcançados.

Bielschowsky *et al.* (2023) chamam a atenção para outro aspecto perverso: considerando que a taxa de evasão nesse segmento é elevada, os estudantes que abandonam o ensino superior após alguns anos, mesmo com financiamento, acabam sem o diploma e, ainda, com dívidas. É nesse contexto que os autores afirmam que essas são em essência “instituições de caráter financeiro denominadas de instituições de educação superior”(p. 26).

Desde a LDB de 1997, até a autorização de abertura de capital para empresas educacionais, a tônica é de um ordenamento estatal que tem atuado para “dinamizar as virtualidades do sistema de mercado em detrimento da concepção da educação superior como um direito ou serviço público” (Sguissardi, 2015, p. 385).

As instituições com fins lucrativos estruturaram seus modelos de EaD com base em plataformas digitais padronizadas, divisão técnica do trabalho pedagógico, roteiros pré-formatados e desvalorização dos processos formativos. Como argumenta Nery (2024), coordenadores e professores são transformados em agentes comerciais, e os cursos operam sob a lógica de escalabilidade, onde o número de pólos e matrículas importa mais que o acompanhamento acadêmico. A “eficiência” é obtida à custa de despersonalização do ensino, fragilidade na mediação docente e esvaziamento epistemológico da formação. Tal eficiência é relativa ao propósito não declarado dessas instituições: captar estudantes e oferecer financiamentos, neste modelo é indiferente se os clientes capturados ficarão na instituição por pouquíssimo tempo. Este modelo de negócio não se traduz e nem poderia se traduzir em qualidade formativa.

A regulação da EaD favorece, até o momento, o modelo mercantil. Santos (2018) aponta que os marcos legais - especialmente o Decreto nº 9.057/2017 e a Portaria nº 2.117/2019 - permitiram a expansão irrestrita dos pólos EaD e a flexibilização curricular, sem a devida preocupação com a qua-

lidade ou a função social da formação docente. O Estado, ao invés de exercer papel regulador e promotor de qualidade, tornou-se corresponsável pela financeirização da ES, ao transferir recursos públicos para instituições privadas e reduzir o investimento na oferta pública.

Essa tendência não parece sofrer reversão, o relatório financeiro do Grupo Cogna - que concentra grande parte das universidades com fins lucrativos - atribui parte significativa da receita líquida a “vendas de soluções educacionais para o governo” (Cogna Educação, 2024, p. 2), inclusive pela participação no Programa Nacional do Livro Didático. As vendas ao governo integram o modelo de negócios denominado *B2G, Business to Government*, e estão constantemente presentes nos relatórios financeiros das empresas de serviços educacionais.

A naturalização e mesmo celebração da oferta privada de EaD em instituições com fins lucrativos sob a justificativa que a oferta pública seria sempre insuficiente cria um aparente consenso em que as contradições desse tipo de expansão sequer são mencionadas. O uso da mediação tecnológica é saudado acriticamente como uma inevitabilidade bem-vinda. A vantagem de uma formação “sob medida” para um estudante que não dispõe de tempo para a educação presencial deixa intocadas as condições que empurram parte significativa dos estudantes para a EaD como única alternativa para a formação superior. Em verdade, não se oferece uma formação sob medida, mas conforma-se todo estudante ao leito de Procusto deste tipo de oferta, (Correia; Perius, 2019) resultando, necessariamente, em mutilação.

A insistência na necessidade diferenciada de um perfil estudantil que pode obter sucesso na EaD, um estudante com maior autonomia, menos dependente da presença de outros estudantes e de docentes, capaz de gerir a própria formação, escondem uma trajetória isolada e solitária em que os aspectos coletivos do trabalho são fragilizados. Disso resulta um profissional incapacitado para o trabalho coletivo, para o tempo alongado de formação de si e de seus estudantes, capaz apenas de acessar conteúdos plataformizados e entregá-los aos discentes.

Nesse contexto, a EaD passou a ocupar um lugar central na formação de professores para a EB, especialmente nas regiões interioranas e entre estudantes das camadas populares, é a estes estudantes que a formação precarizada

está sendo oferecida como alternativa sem garantir os pressupostos necessários à formação docente de qualidade. A modalidade, em seu modelo hegemônico, não assegura práticas pedagógicas interativas, não valoriza a construção coletiva do saber e não promove o vínculo entre universidade e escola pública. Ao contrário, como mostram os estudos aqui mencionados, a EaD contribuiu para a desprofissionalização docente, convertendo o diploma em mercadoria e o estudante em cliente. Em sua histórica configuração, a EaD de IES privadas com fins lucrativos revelou um modelo educacional que prioriza o lucro em detrimento da missão pública da universidade e da qualidade da formação de professores.

Evasão e desigualdades na formação inicial dos professores: um fenômeno multifatorial

Lima e Zago (2018) apontam para o caráter polissêmico do termo evasão que é utilizado para caracterizar diferentes fenômenos de não continuidade no curso de ingresso. A falta de consenso entre os pesquisadores, conforme mostram Branco, Conte e Habowski (2020), expressa as condições concretas que podem ser verificadas na trajetória estudantil: estudantes que deixam a turma de origem, mas se transferem para o mesmo curso na mesma universidade, mas em outro campus, aqueles que deixam o curso de origem, mas permanecem na mesma universidade, aqueles que deixam tanto o curso quanto a universidade, mas se transferem para outras instituições, aqueles que deixam temporária ou definitivamente a educação superior. A definição de estudante evadido e o modo de calcular a taxa de evasão exigem uma explicitação rigorosa das metodologias utilizadas em cada estudo, o que nem sempre se verifica na bibliografia disponível (Vitell; Fritsch, 2016)

Na busca por fatores explicativos para a evasão na modalidade EaD, o perfil do estudante parece organizar os pressupostos e achados de Silva *et al.* (2025). Este perfil conta com estudantes mais velhos, de idade média acima dos cursos presenciais, mulheres que trabalham e têm responsabilidades domésticas, egressos da escola pública. Além disso, Santos e Neto, (2009, p. 22) identificam um “perfil de alunos acostumado ao modelo de aulas expositivas presenciais, as quais, muitas vezes, proporcionam a apresentação do con-

teúdo de forma passiva em detrimento à autonomia e iniciativa do aluno”. Demandar presença docente e conteúdo é avaliado como sinônimo de passividade do estudante.

O mapeamento realizado por Branco, Conte e Habowski (2020), ao contrário, aponta para causas da evasão na EaD que são deslocadas da responsabilização dos estudantes. Fatores como a precariedade dos pólos, fragilidade da tutoria, ausência de escuta institucional e desumanização das relações virtuais compõem como explicações que demandam respostas institucionais. A lógica mercantil de ampliação de matrículas compromete a formação integral, enquanto alternativas como metodologias ativas, vínculo afetivo e valorização do tutor são apresentadas como estratégias de enfrentamento. Os autores denunciam “o império de uma lógica voltada para o mercado, com uma preocupação maior de lucro” (p. 148). Em estudo com egressos e evadidos da UFJF, Moura e Calderano (2016) confirmam a relevância dos fatores institucionais, apontando que a falta de assistência pedagógica e a baixa valorização do trabalho docente na EaD também alimentam a evasão. Silva *et al.* (2025), por sua vez, novamente focados no perfil estudantil, quantificam os determinantes do abandono, demonstrando que as condições objetivas que mulheres e estudantes oriundos da rede pública vivenciam os empurram para maiores taxas de evasão.

Bueno e Batista (2024) selecionam um conjunto de artigos cujo critério de seleção foi a afinidade com o modelo de integração de Vincent Tinto (1975): entrada, integração e decisão na compreensão da evasão. Os trabalhos selecionados indicam que o estudo de caso é a modalidade de pesquisa que mais se adequa à investigação sociológica em educação dadas as especificidades do fenômeno da evasão. Ao encontrarem condicionantes sobre evasão ligados às escolhas prévias dos estudantes, os autores indicam a necessidade de ampliação das ações de extensão universitária que aproximem candidatos e profissões. Ou seja, os autores, de posse do dado da escolha prévia “equivocada”, apontam para ações coletivas e de responsabilidade institucional. Reforçam a urgência de currículos mais conectados à prática pedagógica desde os primeiros semestres, valorizando o estágio, a iniciação à docência e os projetos de extensão como vetores de identidade profissional. Azevedo (2019) mostra um cenário crítico de evasão nas Licenciaturas em Ciências e

Matemática, sua análise revela que o campo disciplinar é uma variável decisiva para a compreensão do abandono, o que exige políticas específicas para cursos estratégicos de formação docente.

Diante desse panorama, coloca-se como primordial a construção de políticas públicas integradas que articulem acesso, permanência e qualidade, com foco nos grupos cujas condições objetivas dificultam a formação. A evasão, longe de ser exceção, expressa as contradições de um sistema que democratizou a entrada, mas não garantiu as condições para a continuidade e a conclusão dos estudos superiores.

Desempenho acadêmico e desigualdades na formação docente: entre lacunas estruturais e fragilidade institucional

Com base em resultados do Enade, diversos estudos revelam um cenário preocupante quanto à qualidade da formação docente no Brasil. Os resultados do exame aparecem associados a desigualdades socioeconômicas, raciais, institucionais e formativas, que atravessam o sistema educacional brasileiro. A literatura que apresenta os resultados do Enade sem diferenciar o tipo de organização acadêmica, se pública ou privada, encobre importantes diferenças na formação docente.

Bastos *et al.* (2024), ao analisarem cursos de Licenciatura na modalidade EaD, mostram que o desempenho dos estudantes é significativamente afetado por fatores como renda familiar, escolaridade dos pais, tipo de escola de origem e tempo dedicado aos estudos. Estudantes de IES públicas, com maior estabilidade institucional e programas de apoio, apresentaram melhores resultados, reforçando a ideia de que a qualidade formativa está diretamente relacionada às condições estruturais de ensino e aprendizagem.

As desigualdades institucionais e o acesso a políticas de apoio revelou-se decisivo, Guerra *et al.* (2021) e Medeiros Filho *et al.* (2020) mostram que estudantes bolsistas apresentam desempenho superior em todas as regiões e tipos de instituição. A experiência em programas como o Programa de Educação Tutorial (PET), a iniciação científica e a monitoria não apenas melhora o rendimento, mas fortalece a identidade docente.

A pesquisa de Lima *et al.* (2022), ao aplicar modelos de regressão linear, identificou tendências de queda no desempenho ao longo do tempo em cursos de Licenciatura em Matemática da Universidade de Pernambuco (UPE), com base nas notas do Enade de 2005 a 2017, reforçando a importância de monitoramento contínuo e planejamento institucional. Essas lacunas na formação específica em Matemática são ilustradas por Barichello e Firer (2021), ao revelarem que a maioria dos licenciandos que realizaram o Enade em 2017 não domina conteúdos escolares básicos. No entanto, sem diferenciar egressos de universidades públicas ou privadas, em cursos presenciais ou EaD, a pesquisa limita a indicação de políticas públicas necessárias para o enfrentamento do problema da qualificação docente.

Judensnaider e Figueirôa (2023) apontam para a relação entre status socioeconômico e desempenho no Enade em 2017, nas Licenciaturas em Biologia, Física, Matemática e Química. Estudantes de estratos sociais mais altos apresentam maior acerto, especialmente nas questões que exigem reflexão crítica. Embora a categoria administrativa da IES tenha sido analisada como variável e tenha apresentado relevância estatística, os autores optaram, em atenção ao referencial teórico adotado (capital cultural) se concentrar na categoria socioeconômica. A conclusão do estudo aponta para as limitações internas da educação superior na correção das desigualdades, indicando a necessidade de distribuição equitativa de renda como condição para um melhor aproveitamento dos estudos.

Por fim, Barros *et al.* (2020) mostram que os licenciandos em Educação Física obtiveram resultados insatisfatórios tanto em questões objetivas quanto discursivas no Enade. A dificuldade em planejar aulas, elaborar argumentos e articular conhecimentos evidencia um modelo formativo centrado na técnica e pouco voltado à reflexão crítica, o que compromete a formação para o exercício da docência na escola pública.

Torna-se evidente que a análise do desempenho nos cursos de Licenciatura deve ultrapassar os limites da mensuração quantitativa e considerar a complexidade das trajetórias formativas dos futuros professores. Os resultados insatisfatórios em áreas fundamentais - como Matemática, História e Filosofia da Ciência, e planejamento didático - apontam não apenas para fragilidades curriculares, mas também para a ausência de políticas estruturantes de apoio à permanência e à formação crítica e reflexiva.

O Enade, embora importante como indicador de avaliação externa, é insuficiente para compreender a totalidade da formação docente. A responsabilização individual dos licenciandos, tão ao gosto das políticas neoliberais e que insiste em aparecer em alguns trabalhos, precisa ser substituída por uma análise sistêmica, que envolva desde o acesso até a permanência e a transição para a prática profissional. A melhoria do desempenho dos futuros professores depende de um projeto educacional que compreenda a formação docente como um compromisso político, coletivo e estratégico para a educação pública brasileira caso o que esteja em jogo seja o enfrentamento da deformação subjetiva que colabora para uma educação para a morte.

Características da expansão dos cursos de Licenciatura no Brasil (2012-2023)

Os dados apresentados no presente estudo têm como foco a formação nas Licenciaturas à exceção do curso de Pedagogia e congêneres. O estudo de Minhoto, Bielschowsky e Aguiar (2022) traçou detalhado exame da Licenciatura em Pedagogia sob a mesma perspectiva analítica do presente trabalho.

Em relação à organização dos dados, as distintas organizações acadêmicas das IES foram agregadas por categoria administrativa. Assim, a denominação “Pública Federal” engloba as instituições públicas de educação superior federais e seus diferentes tipos de organização: universidades, institutos federais ou centros federais de educação tecnológica. Da mesma maneira, foram agregados os tipos de organização das demais categorias administrativas. Foram excluídas da análise as instituições públicas municipais e aquela de categoria administrativa especial¹, devido a sua baixa participação no número de matriculados.

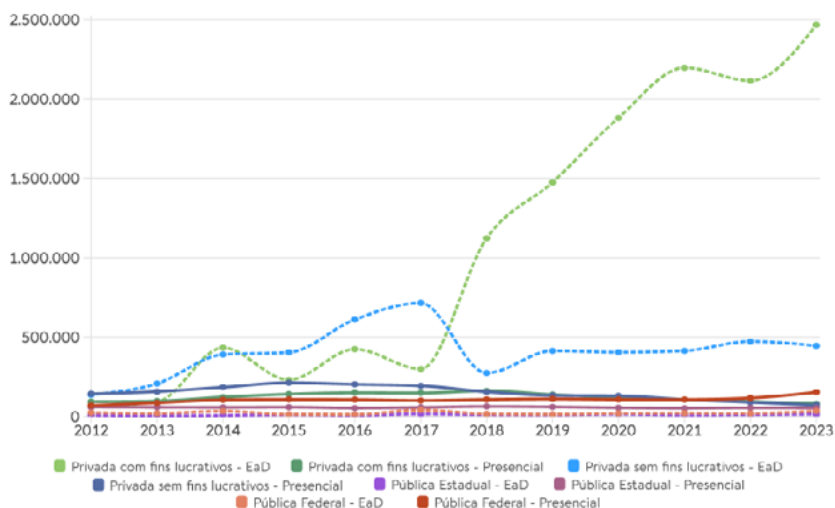
¹ O artigo 242 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “O princípio do art. 206, IV, (gratuidade) não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.” Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em 01 ago. 2025.

Além disso, os dados aqui apresentados relacionam a categoria administrativa e a modalidade dos cursos de Licenciatura, o que resulta em oito categorias: IES privadas com fins lucrativos, EaD e presencial; IES privadas sem fins lucrativos, EaD e presencial; IES estaduais, EaD e presencial e IES Federais, EaD e presencial. Essa apresentação se justifica pelo comportamento anômalo da EaD nas IES privadas nos últimos anos (Bielschowsky *et al.*, 2023) e pela infrequente separação das categorias administrativas na análise das Licenciaturas como já visto neste trabalho.

Serão apresentados dados sobre vagas ofertadas, ingressantes e matriculados, mostrando sua evolução ao longo da série histórica. Foram calculadas taxas de evasão, expressa na relação entre matriculados em um ano e desvinculados três anos depois. Todas essas informações foram sistematizadas a partir dos microdados do CES entre os anos de 2012 e 2023. O último dado apresentado é a nota geral dos estudantes no Enade no ano de 2021, ciclo mais recente de avaliação das Licenciaturas.

Em relação à oferta de vagas, a figura 1 evidencia uma enorme transformação ocorrida a partir do ano de 2018.

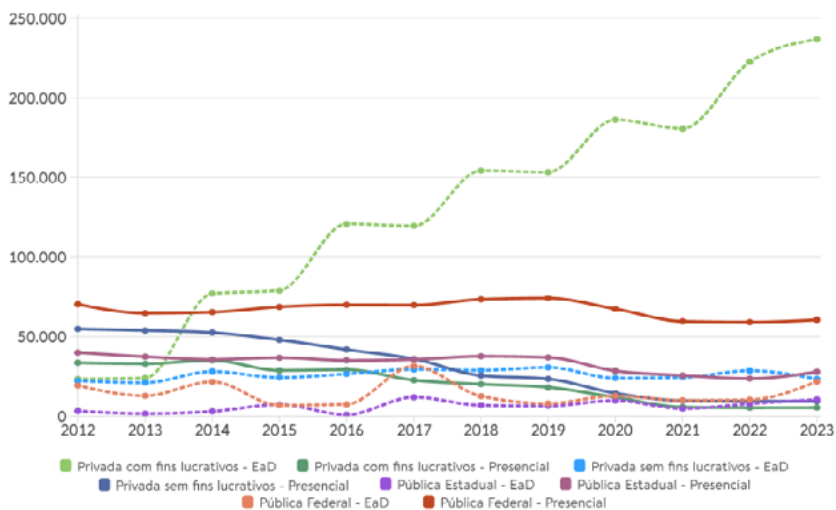
Figura 1. Evolução da oferta de vagas em Licenciaturas por categoria administrativa e modalidade de ensino (2012-2023)



A oferta de vagas dos cursos de Licenciatura na modalidade EaD das IES privadas sem fins lucrativos se eleva de 2012 até 2017, quando cai abruptamente sendo ultrapassada pela modalidade EaD das IES privadas com fins lucrativos. Essa transformação radical no cenário da oferta reflete a mudança na legislação que ocorreu com a publicação do Decreto nº 9.057/2017, permitindo a criação de polos EaD sem autorização do MEC em oposição à legislação anterior. Pela nova regra, IES com nota 5 na avaliação do Inep podem criar até 250 novos polos EaD anualmente. Além disso, foram suspensas as exigências de bibliotecas físicas e as avaliações do MEC passaram a ser realizadas apenas na sede da IES e não nos polos. Essa desregulamentação provocou a explosão da oferta de vagas na modalidade EaD nas IES privadas com fins lucrativos. Mudanças na oferta de vagas nas outras categorias administrativas são tímidas perto da oferta na EaD das privadas, mas ainda assim existem: as privadas com e sem fins lucrativos e as públicas estaduais na modalidade presencial terminam a série histórica ofertando menos vagas que em 2012. As IES públicas federais são as únicas que aumentam a oferta na modalidade presencial em relação ao início da série.

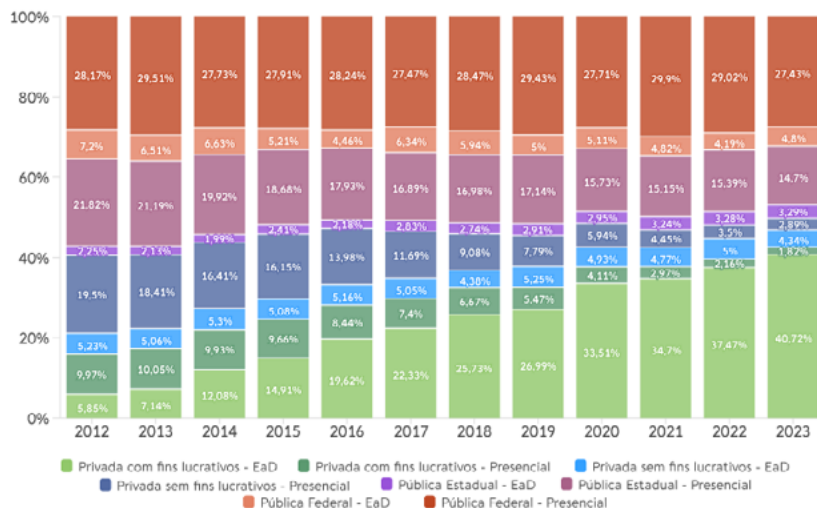
No que toca às matrículas de ingressantes, a figura 2 revela que a transformação estrutural do cenário dos cursos de Licenciatura tem início em 2014, quando triplicou-se o número de ingressantes na modalidade EaD das IES privadas com fins lucrativos.

Figura 2. Evolução do número de ingressantes em Licenciaturas por categoria administrativa e modalidade de ensino (2012-2023)



O crescimento exponencial dos ingressantes na modalidade EaD em IES privadas com fins lucrativos, que passaram de menos de 20 mil ingressantes em 2012 para mais de 230 mil em 2023, contrasta com a queda ou estagnação das demais categorias, especialmente os cursos presenciais, em IES tanto privadas quanto públicas. As públicas federais mantiveram relativa estabilidade, situando-se entre 50 e 60 mil ao longo da série histórica, são cursos reconhecidos por oferecerem formação de qualidade superior, com corpo docente qualificado, currículos bem organizados e sólida articulação entre teoria e prática. No entanto, têm capacidade de expansão limitada, o que restringe o alcance da formação pública de qualidade. Já as privadas com fins lucrativos presenciais mostram tendência de queda desde 2017, possivelmente pressionadas pela concorrência de seus próprios cursos EaD, mais baratos e flexíveis. As instituições privadas sem fins lucrativos e as estaduais (presenciais ou EaD) mantêm participação modesta, porém constante, no sistema.

Figura 3. Percentual de matriculados nas Licenciaturas por categoria administrativa e modalidade (2012-2023)



As universidades públicas (federais, estaduais em ambas as modalidades) ainda concentravam em 2023, 50% dos estudantes matriculados nas Licenciaturas. Porém, as IES privadas com fins lucrativos têm elevado a sua participação e, mantida a tendência atual, devem superar as universidades públicas no número de matriculados nos próximos anos. Corroborando os dados de Silva e Cacete (2021), mantida a tendência, a modalidade de formação presencial nas IES com fins lucrativos caminha para a extinção.

A expansão do número de matriculados nas Licenciaturas em IES privadas com fins lucrativos na modalidade EaD não tem precedentes na história da formação de professores.

O percentual de estudantes de Licenciatura matriculados na modalidade EaD em todas as outras IES se mantém estável na série histórica. Assim, a modalidade EaD parece ser atrativa apenas nas IES privadas com fins lucrativos. Matriculados na modalidade presencial sofrem redução importante em todas as IES, com exceção das públicas federais onde se mantém em percentuais estáveis. A expressiva evolução na série histórica (2012-2023), da ordem de

oito vezes, dos matriculados nas Licenciaturas em EaD nas privadas com fins lucrativos corrobora e amplia a expansão já encontrada por Moraes e Araújo (2021). As universidades públicas estaduais, apresentam uma evolução pequena, que não chega, em 2023, a duas vezes o percentual de matriculados em 2012. A modalidade presencial é reduzida ao longo dos anos em todas as IES, com exceção das públicas federais.

A resistência à deformação parece ter se concentrado na IES federais já que o modelo presencial, embora não seja garantia exclusiva de boa formação, proporciona uma experiência de atividades e ações coletivas, essenciais para formação docente, o que não é experimentado nas EaD privadas caracterizadas pelo isolamento e solidão discente como apontado por Assis (2025).

A modalidade EaD nas IES privadas com fins lucrativos alcança níveis alarmantes de evasão, como pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1. Taxa de evasão nas Licenciaturas por categoria administrativa e modalidade (2012-2023)

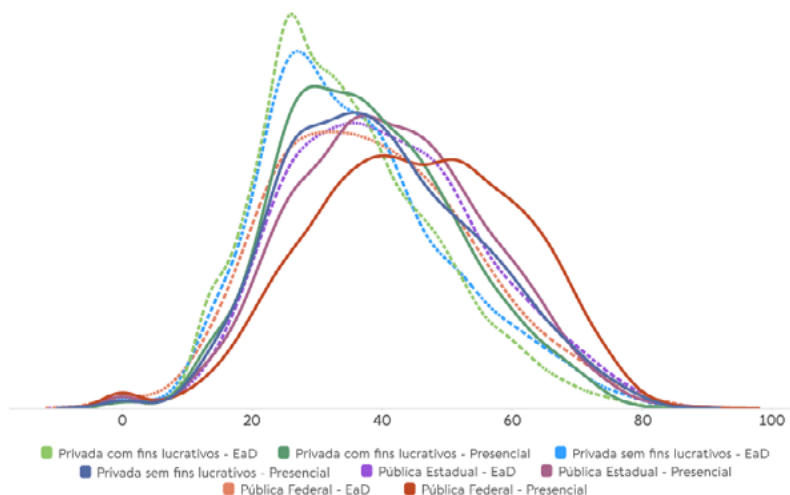
Ano Inicial +3	Privada com fins lucrativos		Privada sem fins lucrativos		Pública Estadual		Pública Federal	
	EaD (%)	Pres.(%)	EaD(%)	Pres.(%)	EaD (%)	Pres. (%)	EaD (%)	Pres.(%)
2012-2015	96,42	23,94	54,11	24,68	12,29	15,36	19,66	19,40
2013-2016	124,47	38,11	48,80	21,42	16,15	14,77	16,89	19,63
2014-2017	78,14	22,67	48,09	20,64	33,18	15,43	24,83	20,08
2015-2018	98,28	26,21	29,60	16,02	33,95	15,37	34,83	20,82
2016-2019	64,83	27,31	33,57	18,37	20,53	15,67	34,41	19,08
2017-2020	48,13	21,75	34,82	17,12	18,26	11,55	9,19	11,78
2018-2021	51,91	17,13	36,69	14,33	14,00	14,23	11,74	11,97
2019-2022	65,61	16,23	36,72	13,94	15,57	15,51	28,75	21,24
2020-2023	57,83	17,19	40,92	15,63	43,23	16,46	26,86	22,83

Nas IES privadas com fins lucrativos na modalidade EaD a série histórica se inicia com valores próximos aos 100% de desistência. Isso significa que em relação aos matriculados em 2012 o número de desvinculados três anos depois, chegou a 96,42%. O pico da evasão nessa modalidade foi encontrado no ano de 2016 em relação aos matriculados em 2013. Embora não atingindo

valores próximos ou superiores a 100% para matriculados a partir de 2016, o percentual tem variado acima de 50%. Na mesma categoria administrava, mas na modalidade presencial, a evasão atinge a maior razão entre matriculados em 2013 e desvinculados em 2016 (38,11%) e apresenta tendência de queda ao longo da série. A modalidade EaD nas IES privadas sem fins lucrativos parte dos maiores valores da série (54,11%) caindo e se estabilizando em torno de 35% (2016-2022), quando se elevam novamente no último período analisado. A modalidade presencial nesta categoria administrativa apresenta tendência de queda na razão entre matriculados (2015) e desvinculados (2018), a partir de então essa razão se estabiliza em média em 15,8%. Nas IES públicas estaduais a evasão é maior na modalidade EaD, atingindo os menores índices na modalidade presencial. Esta modalidade também se apresenta estável nas IES públicas federais.

Além de menor evasão, estudantes das IES públicas tanto federais quanto estaduais alcançam melhores resultados no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), como pode ser observado na figura 4.

Figura 04. Distribuição da nota geral dos concluintes de cursos de Licenciatura no Enade 2021, por categoria administrativa e modalidades de ensino



As linhas pontilhadas expressam a área ocupada pelas notas dos estudantes das IES na modalidade EaD. Pode-se notar que as notas dos estudantes dessa modalidade nas IES privadas com e sem fins lucrativos concentram-se entre as menores notas atingindo um pico nas notas abaixo de 30 pontos, esse resultado reitera o já encontrado por Bastos *et al.* (2024). Estudantes da modalidade EaD nas IES privadas com fins lucrativos alcançam os piores desempenhos neste exame. A linhas contínuas expressam a área ocupada pelas notas dos concluintes nas Licenciaturas presenciais, nestas, concluintes das IES federais se destacam alcançando os melhores resultados. É importante reiterar que o desempenho no Enade não está, neste estudo, indicando déficits dos estudantes, mas da categoria administrativa e modalidade cursada.

Considerações Finais

A leitura integrada dos eixos temáticos, associada às características da expansão recente dos cursos de Licenciatura, revela um paradoxo: embora o país tenha experimentado uma significativa expansão da oferta, isso não se traduziu em valorização da profissão docente, melhoria da qualidade formativa ou redução das desigualdades históricas que marcam o acesso e a permanência na educação. Ao contrário, observa-se um processo de mercantilização do ensino, precarização das condições de formação e fragilidade estrutural na constituição da identidade profissional dos futuros professores.

A expansão das Licenciaturas na modalidade EaD, fundamentalmente em IES privadas com fins lucrativos, converteu-se em produto massificado que visa capturar cada vez mais consumidores, comercializar diplomas a preços módicos e elevar os lucros das empresas. Veiculados por plataformas que privilegiam o cumprimento mecânico de módulos, o monitoramento algorítmico de interações e o alcance de metas quantitativas, esses cursos interditam os espaços de reflexão pedagógica, experiência estética, autonomia intelectual ou compreensão crítica da realidade educacional. Desenhados por protocolos empresariais e consumidos por sujeitos isolados, representam a antítese da formação cultural necessária à preparação para o exercício da docência, na verdade, danificam a experiência e (de)formam os sujeitos. Ao cabo desse processo, resta uma espécie de anti-docente, automatizado para o cumpri-

mento de tarefas predeterminadas e sem condições de questionar os pressupostos que as sustentam.

Esse modelo incide diretamente sobre a identidade profissional, esvaziando-a de sentido histórico e coletivo. A aprendizagem solitária e fragmentada em ambientes virtuais, supostamente “interativos”, mas de baixa mediação, prepara para uma prática igualmente solitária, frágil, atomizada, desvinculada da coletividade escolar, da reflexão pedagógica e da luta por condições dignas de trabalho. Nesse contexto, a docência é funcionalizada: deixa de ser um projeto intelectual, vivo, e passa a ser um conjunto de procedimentos operacionais a serem executados de acordo com scripts e metas dadas. As fragilidades são evidentes: baixos índices no Enade, desarticulação entre teoria e prática, tutoria precária e debilidade nas experiências em estágios supervisionados.

Como se já não bastasse, esse fenômeno concretiza também a dualidade formativa: de um lado, acesso massificado via EaD privado de baixa qualidade e, de outro, uma formação mais sólida, porém restrita, oferecida pelas instituições públicas presenciais. Um cenário que escancara a colonização da formação de professores pela lógica do capital, convertendo a docência em mais um elo da cadeia produtiva neoliberal, comprometendo a qualidade da EB e minando a possibilidade da construção de uma sociedade justa e consciente, ao impedir que o professor seja um agente crítico de transformação social.

Oxalá o novo marco legal da EaD, regulando a oferta para os modelos presenciais e semipresenciais, seja um passo em direção à revisão de toda a (de)formação docente, que permita a resistência ao fetiche tecnológico que encobre a racionalidade instrumental sob o verniz da inovação, para que a formação possa retomar o compromisso com a criação de uma sociedade democrática no porvir.

EXPANSÃO E MERCANTILIZAÇÃO DAS LICENCIATURAS: O DECRETO Nº 12.456/2025 É CAPAZ DE BARRAR A DEFORMAÇÃO EM LARGA ESCALA DE FUTUROS PROFESSORES?

Resumo: O objetivo do artigo é analisar as características da expansão dos cursos de Licenciatura no Brasil, especialmente na última década, com base em dados do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional do Desempenho do Estudante, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,

atualizados até 2023. Essa expansão é contraposta à recente iniciativa do Ministério da Educação que por meio do decreto nº 12.456/2025 modifica a regulação da oferta na modalidade do ensino a distância. Os resultados deste trabalho evidenciam a fragilidade na formação inicial dos licenciados, o que foi aqui denominado como “deformação em larga escala”, tendo em vista a crescente concentração das matrículas em instituições privadas, centradas quase que exclusivamente no ensino, em cursos à distância, com altas taxas de evasão e baixas notas no exame nacional na comparação com instituições públicas. Com base em teóricos da primeira geração da Escola de Frankfurt, nota-se que, longe de ser inofensiva ou esvaziada, a passagem por esse tipo de (de) formação acrescenta cicatrizes sucessivas àquelas já perpetradas pelas inibições da dominação, aprofundando a frieza pelo próprio mecanismo de organização da educação superior nesse modelo.

Palavras-chave: Licenciaturas; Expansão da educação superior; Educação a distância; Teoria crítica; Decreto n.º 12.456/2025.

EXPANSION AND COMMERCIALIZATION OF UNDERGRADUATE COURSES: IS DECREE NO. 12,456/2025 CAPABLE OF PREVENTING THE LARGE-SCALE DEFORMATION OF FUTURE TEACHERS?

Abstract: The objective of this article is to analyze the expansion's characteristics of undergraduate programs of teacher training in Brazil, particularly in the last decade, based on data from the Higher Education Census and the National Student Performance Exam of the Anísio Teixeira's National Institute of Educational Studies and Research, updated through 2023. This expansion contrasts with the recent initiative of the Ministry of Education, which, through Decree No. 12456/2025, modifies the regulation of distance learning. The results of this study highlight the fragility of the undergraduates' initial training, which has been termed here as “large-scale deformation,” given the growing concentration of enrollments in private institutions, focused almost exclusively on distance learning, with high dropout rates and low scores on the national exam compared to public institutions. Based on theorists from the first generation of the Frankfurt School, it is noted that, far from being harmless or empty, the passage through this type of (de)formation adds successive scars to those already perpetrated by the inhibitions of domination, deepening the coldness due to the very mechanism of organizing higher education in this model.

Keywords: Undergraduate degrees; Expansion of higher education; Distance education; Critical theory, Decree no. 12456/2025.

EXPANSIÓN Y COMERCIALIZACIÓN DE LAS CARRERAS DE GRADO: ¿EL DECRETO Nº 12.456/2025 ES CAPAZ DE IMPEDIR LA DEFORMACIÓN EN GRAN ESCALA DE LOS FUTUROS DOCENTES?

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar las características de la expansión de los programas de formación docente en Brasil, particularmente en la última década, con base en datos del Censo de Educación Superior y el Examen Nacional de Rendimiento Estudiantil del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira, actualizados hasta 2023. Esta expansión contrasta con la reciente iniciativa del Ministerio de Educación, que, mediante el Decreto n.º 12.456/2025, modifica la regulación de la educación a distancia. Los resultados de este estudio resaltan la fragilidad de la formación inicial de los estudiantes de grado, lo que se ha denominado aquí “distorsión a gran escala”, dada la creciente concentración de matrículas en instituciones privadas, centradas casi exclusivamente en la educación a distancia, con altas tasas de deserción y bajos puntajes en el examen nacional en comparación con las instituciones públicas. A partir de teóricos de la primera generación de la Escuela de Frankfurt, se advierte que, lejos de ser inocuo o vacío, el paso por este tipo de (de)formación añade cicatrices sucesivas a las ya perpetradas por las inhibiciones de la dominación, profundizando la frialdad debida al propio mecanismo de organización de la educación superior en este modelo.

Palabras clave: Licenciaturas; Expansión de la educación superior; Educación a distancia; Teoría crítica; Decreto n.º 12.456/2025.

SOBRE AS AUTORAS

Claudia Guedes Araújo Silva

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (2025), Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2004), Licenciada em Psicologia (1999) e Psicóloga pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Participa como colaboradora do Centro de Estudos SOU_Ciência (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2800435443024171>) na Linha de Pesquisa Perfil e trajetória estudantil na educação superior. Participa do grupo de pesquisa Teoria Crítica, Formação e Cultura da PUC-SP. Recebe bolsa de pesquisa em estágio pós-doutoral na Unifesp pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (CAPES/PDPC) Políticas Afirmativas e Diversidade, pesquisando a produção acadêmica de egressos do sistema de reserva de vagas na educação superior. Tem experiência nas áreas de Educação, com ênfase em democratização do acesso à Educação Superior via reserva de vagas; Formação em Psicologia. Atua principalmente nos seguintes temas: Educação superior no Brasil, Políticas de reserva de vagas na Educação superior, Ações Afirmativas, Produção do conhecimento na graduação. E-mail: guedes.araujo@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3272-5519>.

Maria Angélica Pedra Minhoto

Possui graduação em Pedagogia (1987) e Economia (1990) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestrado (2003) e doutorado (2007) em Educação: História, Política, Sociedade, pela mesma instituição. Atualmente é professora do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e no curso de Pedagogia do Campus Guarulhos. É Coordenadora de Pesquisa do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência - SoU_Ciência e Diretora de Publicações da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Foi Pró-Reitora de Graduação da UNIFESP (2013-2017) e Diretora Financeira da ANPAE (2019-2023). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação de Políticas, Sistemas e Instituições Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: política educacional; sistemas de avaliação; educação superior, ciência e tecnologia. E-mail: mminhoto@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8872-493X>.

Maria Nilza da Silva

Professora titular de Sociologia, com atuação no curso de Graduação em Ciências Sociais e Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina. Foi pesquisadora convidada e realizou o Pós-Doutoramento no Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques, junto a École des Hautes Études en Sciences Sociales - CADIS/EHESS em Paris (2011). É coordenadora do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos – LEAFRO/UEL. Coordena o Projeto de Pesquisa Abdias Nascimento na UEL. É pesquisadora do Centro de Estudos SoU_Ciência da UNIFESP. Atua na área de Sociologia com ênfase em Relações Raciais, População Afro-Brasileira, Migração, Educação Superior e Ações Afirmativas. E-mail: mnilza@uel.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8596-4965>.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor Teoria da pseudocultura (1959). In: GIOVINAZZO JR, Carlos A.; MINHOTO, Maria Angélica; SASS, Odair. *Educação e tecnologia, na sociedade administrada: estudos críticos*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024. v. 1. 299p.
- ADORNO, Theodor. W. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. São Paulo. Paz e Terra. 2020.
- ALMERON, Andrews Alves; PORTELINHA, Ângela Maria Silveira. Educação a distância e a formação docente: expansão e mercadorização. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 15,

e79930, ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/79930>. Acesso em: 1 maio 2025.

ARAUJO, Renato Santos; SANTOS, Gicélia Maria de Oliveira. Formação de professores de Física: o que dizem as estatísticas. *Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica*, v. 5, n. 4, p. 142–167, dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/redecet/article/view/5217>. Acesso em: 30 abril 2025.

ASSIS, Rafael Gabriel et al. Concepção de programa de Ensino para enfrentar o isolamento e a sensação de não pertencimento em cursos superiores da EaD. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 33, n. 127, p. e0254913, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/htRqDNB3fhN3pF9kkPsHLCg/?lang=pt>. Acesso em: 10 abril 2025.

AZEVEDO, Alexandre Ramos de. A evasão nos cursos de licenciatura: onde está o desafio. Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais, Brasília, v. 3, p. 165-198, 2019. Disponível em :https://proifes.org.br/wp-content/uploads/2023/09/INEP_Cadernos-3_Evasao-Licenciaturas.pdf. Acesso em: 10 abril 2025.

BARICHELLO, Leonardo; FIRER, Marcelo. Quanta matemática escolar é conhecida pelos egressos dos cursos brasileiros de Licenciatura? *Zetetiké*, Campinas, SP, v. 29, n. 00, p. e021021, 2021. DOI: 10.20396/zet.v29i00.8661904.

BARROS, João Luiz da Costa; et al. Reflexões sobre o nível de conhecimentos específicos dos estudantes de Licenciatura em Educação Física no Enade 2014. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 101, n. 257, p. 99–119, jan./abr. 2020. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4374. Acesso em: 29 abril 2025.

BASTOS, E. de M. et al. Fatores associados ao desempenho dos alunos dos cursos de Licenciatura em educação a distância: análise por meio da regressão linear múltipla. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 29, e024023, 2024. DOI: 10.1590/1982-57652024v29id281052. Acesso em: 28 abril 2025.

BIELSCHOWSKY, Carlos et al. *Expansão da Educação Superior no Brasil: análise das Instituições Privadas*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: SoU_Ciência, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11600/64956>. Acesso em: 24 ago. 2025.

BOF, Alvana Maria; CASEIRO, Luiz Zalaf; MUNDIM, Fabiano Cavalcanti. *Carência de professores na educação básica: risco de apagão?* Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 9, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/9786558011026.ceppe.v9.5967>. Acesso em: 1 maio 2025.

BORDIGNON, Luciane Spanhol; NEZ, Egeslaine de. O apagão docente no Brasil: o caso da Pedagogia no Estado do Rio Grande do Sul. *Paradigma*, Maracay, v. XLV, Edición Temática, n. 1, e2024018, set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024018.id1563>. Acesso em: 30 abril 2025.

BRANCO, Lilian Soares Alves; CONTE, Elaine; HABOWSKI, Adilson Cristiano. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 25, n. 1, p. 132-154, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772020000100008>. Acesso em: 25 abril 2025

BRASIL. Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 de maio de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057impressao.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em 12 ago. 2025.

BRASIL. Decreto 12.456, ambos de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Portaria nº 378 de 10 de julho de 2025. Dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-506-de-10-de-julho-de-2025-641610361>. Acesso em: 14 de ago. 2025.

BRASIL. Portaria 506, de 10 de julho de 2025. Regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-506-de-10-de-julho-de-2025-641610361>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BUENO, Paulo. Eduardo; BATISTA, Irinéa de Lourdes. Integração institucional: análise de um modelo sociológico para perseverança nas Ciências da Natureza. *Revista Latino-Americana de Pesquisa em Ensino de Ciências*, v. 7, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36661/2595-4520.2024v7n3.14608>. Acesso em: 26 abril 2025.

COGNA EDUCAÇÃO. Release de resultados, primeiro trimestre de 2024. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/e1110a12-6e58-4cb0-be24-ed1d5f18049a/29a5629c-357c-020c-24db-c5042c333466?origin=1>. Acesso em 11 junho 2025

CORREIA, Fábio Caires; PERIUS, Oneide. Dizer o que Não se Deixa Dizer: Adorno e a expressão como atitude formativa. *Educação & Realidade*, v. 44, p. e88569, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/W4ByRYHFjyvcGw85fbpTPD/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

DINIZ, Juliane Aparecida Ribeiro; OLIVEIRA, João Ferreira de; COSTA, Daniela Britto Pereira Lima da. A mercantilização da educação superior no Brasil: financeirização e oligopolização. *Revista Educação em Questão*, [S. l.], v. 59, n. 61, 2021. DOI: 10.21680/1981-1802.2021v59n61ID25658. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25658>. Acesso em: 5 set. 2025.

DUARTE, Ana Lúcia Cunha; GOMES, Suzana dos Santos; ALVES, Kallyne Kafuri. Análise do perfil de egressos dos cursos de Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão no ENADE (2008–2017). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 16, n. 35, e18810, 2023. DOI: 10.20952/revtee.v16i35.18810. Acesso em: 26 abr. 2025.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira; ESQUINSANI, Valdocir Antonio. O ‘Apagão’ Docente: Licenciaturas em Foco. *Contrapontos*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 258-269, jul. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142018000300258&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 set. 2025.

GIOLO, Jaime. Educação a Distância no Brasil: a expansão vertiginosa. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 73–97, 2018. DOI: 10.21573/vol34n12018.82465. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/82465>. Acesso em: 5 set. 2025.

GUERRA, Francisco Laerton Teixeira et al. Estudantes de Licenciatura em Educação Física com bolsas acadêmicas apresentam melhor desempenho no ENADE. *Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, Santa Maria, v. 10, n. 19, e64484, p. 1–10, 2021. DOI: 10.5902/2318133864484. Acesso em: 24 abr. 2025.

INFOMONEY. *Cogna (COGN3) reverte prejuízo e lucra R\$ 95 milhões no 1º trimestre*. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/cogna-cogn3-resultados-primeiro-trimestre-de-2024/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

JUDENSNAIDER, Ivy; FIGUEIRÔA, Sílvia. O status socioeconômico e o desempenho de licenciandos em Biologia, Física, Matemática e Química nos conteúdos de História e Filosofia da Ciência no Enade 2017. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 104, e5612, 2023. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.104.5612. Acesso em: 26 abr. 2025.

JULIANI, Márcio Pedroso; SANTOS, Antônio Pereira dos; FÁVERO, Altair Alberto. A mercantilização do ensino superior a partir da educação a distância: aspectos gerais de um diagnóstico crítico. *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 11, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/6224>. Acesso em: 5 set. 2025.

LIMA, Franciele Santos de; ZAGO, Nadir. Evasão na educação superior: tendências e resultados de pesquisa. *Movimento – Revista de Educação*, Niterói, ano 5, n. 9, p. 131-164, jul./dez. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/download/65143294/32679_Texto_do_Artigo_109643_1_10_20181127.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

LIMA, Letícia Karina Ramos de et al. Formação em Matemática na UPE: perfilando o curso de Licenciatura do campus Garanhuns, Nazaré da Mata e Petrolina mediante a utilização da análise de regressão linear simples. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 10, e455111032893, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i10.32893. Acesso em: 19 abr. 2025.

MARCUSE, Herbert. Palestra sobre Educação, Brooklyn College, 1968. Tradução: Maria Angélica Pedra Minhoto. In: KELLNER, Douglas. et al. (org.) *Marcuse's Challenge to Education*. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/9780742564657>. Acesso em: 3 abr. 2025.

MEDEIROS FILHO, Antonio Evanildo Cardoso de et al. Fatores de escolaridade associados ao desempenho dos estudantes de Educação Física no ENADE. *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 44–57, jan./abr. 2020. DOI: 10.26843/ae19828632v13n12020p44a57. Acesso em: 30 abr. 2025.

MENEGHEL, Stela Maria; WESTPHAL, Luciane. Vieira. Expansão dos cursos de Licenciaturas no Brasil: período de 2010 a 2018. *Anais do IV Encontro do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente – GESTRADO/FAE/UFMG*, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA_ID5979_06102020171745.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra; BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo; AGUIAR, Thiago Borges de. Expansão e Mercantilização dos Cursos de Pedagogia: deformação em larga escala de futuros pedagogos. *Educação em Revista* (Online), v. 40, p. 1-26, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469842261>. Acesso em: 30 out. 2024.

MORAES, Henaldo Barros; ARAÚJO, José Carlos Sousa. Cursos de Licenciatura na modalidade da EAD nas IES públicas e privadas (2015–2019): número de matrículas e de polos. *Revista*

Pedagógica, Uberaba, v. 21, n. 46, p. 1–13, 2021. DOI: 10.31496/rpf.v21i46.1417. Acesso em: 24 abr. 2025.

MOURA, Jordana de; CALDERANO, Maria da Assunção. Egressos e evadidos dos cursos de Licenciatura em EaD: um estudo exploratório. *XI Seminário Internacional de la Red Estrado: Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización*, 2016. Disponível em: http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo3/80.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

NASCIMENTO, Thainani Rodrigues Amorim; SANTOS, Pâmela Silva; OLIVEIRA, Bruna Larissa Silva. Um Panorama dos Cursos de Licenciatura que Formam Professores de Matemática no Brasil. *Educação Matemática em Revista*, [S. l.], v. 25, n. 66, p. 169–183, 2020. DOI: 10.37001/emr.v0i0.2057. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/periodicos/index.php/emr/article/view/2057>. Acesso em: 5 set. 2025.

NERY, Mateus Batalha Moreira. Expansão do ensino superior privado no Brasil: encruzilhadas e perspectivas. *Revista Internacional Educon*, v. 5, n. 1, e24051001, jan./abr. 2024. DOI: 10.47764/e24051003. Acesso em: 22 abril 2025.

NEW YORK TIMES. Nixon's the one still preoccupied with enemies. *The New York Times*, 3 dez. 2008.

NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de; NASCIMENTO, Natália Cíndia Alves do; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. Educação a distância nos cursos de Licenciaturas e a mercantilização da educação superior. *Revista Cocar*, Belém, v. 16, n. 34, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5044>. Acesso em: 3 maio 2025.

SANTANA, Edenilza Mendonça de; WARTHA, Edson José; SAMPAIO, Murilo de Medeiros. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Química: análise comparativa entre iniciantes e concluintes. *Amazônia – Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, v. 14, n. 32, p. 33–47, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/5458>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, Catarina de Almeida. Educação Superior a distância no Brasil: democratização da oferta ou expansão do mercado? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 34, n. 1, p. 167–188, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol34n12018.82470>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SANTOS, Elaine Maria; NETO, José Dutra de Oliveira. Evasão na educação a distância: identificando causas e propondo estratégias de prevenção. *Revista Paidéi@ Revista Científica de Educação a Distância*, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unimes.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/101>. Acesso em: 3 ago. 2025.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com Oferta à Distância. Brasília, 2025. Disponível em: <https://midia.simesp.org.br/wp-content/uploads/2025/05/REFERENCIAIS-DE-QUALIDADE-EAD.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SILVA, Alana. Ramos da et al. Uma Análise Quantitativa dos Determinantes da Evasão no Ensino Superior EaD. *EaD em Foco*, v. 15, n. 1, e2322, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v15i1.2322>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SILVA, Daniel. Fernandes da; CACETE, Núria Hanglei. As Licenciaturas em Matemática no estado do Rio Grande do Sul: um mapeamento do cenário atual. *Revista Eletrônica de Educação Matemática*, Florianópolis, v. 16, p. 01–16, 2021. DOI: 10.5007/1981-1322.2021.e80309. Acesso em: 29 abr. 2025.

SOBRINHO, Sidinei Cruz; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. O ‘apagão’ docente: quem educará as novas gerações? who will educate the new generations? *Revista Eletrônica de Educação*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e6608192, 2024. DOI: 10.14244/reveduc.v18i1.6608. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6608>. Acesso em: 5 set. 2025.

SOUZA, Elaine Cristina de; DIAS, Magnara Moreira Santos; MORORÓ, Leila Pio. Os cursos de Licenciaturas em tempos de expansão via a mercantilização do ensino superior. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, Caetité, v. 7, n. 14, p. 127-148, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/nhipe/article/view/22582>. Acesso em: 5 set. 2025.

TEIXEIRA, Maria Daniele de Jesus; QUITO, Fábio de Moraes. Taxas longitudinais de diplomação, evasão e trancamento: método para análise da trajetória discente na educação superior. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 26, p. 546-567, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000200011>. Acesso em: 25 abr. 2025.

VERGES, Vitor Gobis *et al.* Expansão e interiorização das Licenciaturas em Geografia nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). *Revista Olhares*, Guarulhos, v. 10, n. 1, p. 1–17, 2022. ISSN 2317-7853. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/download/13495/10338>. Acesso em: 30 abr. 2025.

VITELLI, Ricardo Ferreira; FRITSCH, Rosângela. Evasão escolar na educação superior: de que indicador estamos falando? *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 908–937, 2016. DOI: 10.18222/ea.v27i66.4009. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ea/article/view/4009>. Acesso em: 8 ago. 2025.

The Creative Commons License in Revista InterMeio

CC BY-NC-SA: This license allows reusers to distribute, remix, adapt, and build upon the material in any medium or format for non-commercial purposes only, and only so long as attribution is given to the creator. If you remix, adapt or build upon the material, you must license the modified material under identical terms.

CC BY-NC-SA includes the following elements: • BY: Credit must be given to the creator; • NC: Only noncommercial uses of the work are permitted; • SA: Adaptations must be shared under the same terms.